



4298007



21260.202115/2023-41



Ministério das Mulheres
Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres
Diretoria de Proteção de Direitos

ATA DE REUNIÃO

Aos 30 dias do mês de abril do ano de 2024, às 15 horas, no Salão Nobre, 9º andar, do Bloco K da Esplanada dos Ministérios, realizou-se a Terceira Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, instituído pelo artigo 5º do [Decreto nº 11.640, de 16 de agosto de 2023](#), sob a Presidência da representante do **Ministério das Mulheres, Diretora de Proteção de Direitos, Pagu Rodrigues**.

Conforme lista de presença (SEI 4323671) participaram as seguintes **titulares e suplentes do Comitê Gestor**: Débora Nogueira Beserra (suplente) da Casa Civil, Sônia Barros (titular), do Ministério da Saúde (MS).

Os demais órgãos tiveram as seguintes representações: Dayana Brunetto (MDHC), Maraísa Lessa (MEC), Katharine Menezes (MIR), Lidiane Ribeiro (MJSP), Jussara Soares (CGU), Sandra Bazzo (CGDJ/MMulheres), Vanuse Braga (MS), Clarisse Filgueira (MDS), Débora Albu (ONU Mulheres), Wânia Pasinato (ONU Mulheres).

Dando inícios aos trabalhos, a **Diretora de Proteção de Direitos, Pagu Rodrigues**, propôs a alteração da ordem das pautas, desta forma, passou a palavra para a senhora Michelle, da ONU Mulheres para apresentar o projeto “*Marco RESPEITO*”.

Com a palavra a **senhora Michelle, da ONU Mulheres** discorreu sobre a implementação do Marco RESPEITO às mulheres, que é um Marco sobre prevenção da violência contra as mulheres. O Marco respeito é uma ferramenta que em 2019 foi lançada pela ONU mulheres e pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e com apoio de outras 12 agências do sistema das Nações Unidas, que fala sobre um conjunto de passos, ferramentas e evidências para programas, projetos e ações de prevenção à violência contra a mulher. Trata de políticas de prevenção à violência e, sobretudo baseado em evidência do que já foi implementado.

Com a palavra a senhora **Gabriela Bastos do Banco Mundial**, em complemento a fala da senhora Michelle, apresentou a proposta para trazer a ferramenta para o Brasil, o qual seria adaptado para a realidade brasileira. Desta forma, a intenção é trazer a ferramenta para a comunidade brasileira traduzindo para o português e fazendo um trabalho junto com todos os ministérios para adaptação, principalmente trazendo evidências nacionais, bem como fazendo ligação entre o que o Marco propõe e com o que já está previsto no Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios e fortalecendo o próprio Comitê Gestor. Por fim, discorreu sobre as formas da adaptação da ferramenta sob a coordenação do Ministério das Mulheres e como resultado desse processo de adaptação é realizar uma oficina com apoio do comitê para trazer todos os órgãos que precisam estar envolvidos.

Com a palavra a senhora **Débora Albu, da ONU Mulheres**, informou que a apresentação e o link do Marco serão compartilhados com todas, bem como que no momento o site está todo em inglês, contudo um dos exercícios é realizar além da tradução, a adaptação para a realidade brasileira.

Em seguida, foi aberto momento para tirar dúvidas, realizar sugestões sobre o Marco RESPEITO.

A Diretora Pagu, passou a palavra para que cada participante se apresentasse.

Após as apresentações, com a palavra a **Diretora Pagu** informou que o calendário das próximas reuniões será enviado por e-mail para validação do Comitê e a necessidade de reuniões extraordinária serão definidas ao longo do ano. Discorreu ainda, sobre o lançamento do Plano que ocorreu no dia 19 de março e sobre a pouca visibilidade tendo em vista a forma do lançamento e alguns outros fatores, mas que não tira a possibilidade de daqui para frente o comitê consiga dar o retorno político devido. Informou alguns pontos a serem discutidos na reunião, que são forma de realizar a pactuação com os estados, inicialmente foi pensado em Acordo de Cooperação Técnica, na forma de realizar os repasses financeiros, tendo em vista que o Plano de Ações tem um total aproximadamente de 2,5 bilhões de investimento, bem como na organização do agosto lilás, quando a intenção é realizar uma mobilização nacional a partir da perspectiva do feminicídio zero. Ressaltou ainda, que o estado da Bahia quer realizar a pactuação em 29 de maio, contudo é uma data muito próxima, e pensando estrategicamente, é válido aprovar um modelo de ACT, com o essencial em prevenção primária, secundária e terciária, e pensando em um ato político, em agosto trazer todos os estados para realizar as assinaturas dos ACT's. Desta forma, são duas demandas diferentes, assinando os ACT's conforme as demandas forem surgindo ou realizando todos de uma vez só em um ato político.

Em seguida, iniciou o debate sobre a forma da pactuação e o agosto lilás, no qual os órgãos apresentaram suas considerações.

Passou-se para a pauta da Atualização e Monitoramento do Plano de Ações, no qual a Diretora Pagu, informou que foi solicitado uma reunião com a DATAPREV para discutir a possibilidade da criação de um BI do Pacto para monitoramento das ações prioritárias em âmbito nacional, bem como da pactuação com os estados. Após a reunião com a DATAPREV será apresentado ao Comitê Gestor o esboço do BI para análise e considerações. Abordou também o outro ponto do monitoramento, que é o monitoramento das ações e metas de cada ministério para que se cumpram efetivamente até 2027, conforme previsto no Plano.

Em seguida, iniciou o debate sobre as possibilidades de monitoramento, no qual os órgãos apresentaram suas considerações.

Passou-se para a pauta da Criação dos Grupos de Trabalho, onde foram propostos:

- a) GT para Monitoramento;
- b) GT que dialogue com a pauta indígena, quilombola e povos originários;
- c) GT para pensar a interseccionalidade;
- d) GT sobre a ampliação da rede, que versa sobre o Programa Viver sem Violência no tocante aos equipamentos de serviços, como a implementação da Casa da Mulher Brasileira, Unidades móveis e Casa da Mulher Indígena;
- e) GT sobre medidas de reparação;

Passou-se para a pauta participação da Sociedade Civil, do Sistema de Justiça e do Parlamento no Comitê Gestor, onde ficou acordado a apresentação na próxima reunião as sugestões de participação.

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente deu por encerrada a reunião às 17h20, da qual, para constar, eu, Pagu Rodrigues, lavrei a presente Ata.

Encaminhamentos:

- I - Envio do Calendário de Reuniões;
- II - Agendamento da reunião extraordinária para final de maio;
- III - Apresentar proposta do Guia;

- IV - Apresentar proposta de capacitação no Fórum das OPM's
- V - Detalhar as ações orçamentárias do Plano;
- VI - Definições dos “carros chefes” do Plano;
- VII - Esboço do BI de Monitoramento;
- VIII - Aprovação dos Grupos de Trabalho;
- IX - Sugestões de participação da Sociedade Civil, do Sistema de Justiça e do Parlamento no Comitê Gestor

Submetida à aprovação do Comitê Gestor, a Ata foi aprovada sem restrições.

assinado eletronicamente

PAGU RODRIGUES

Diretora de Proteção de Direitos

Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Rodrigues Silva, Diretor(a) de Proteção de Direitos**, em 22/05/2024, às 10:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **4298007** e o código CRC **AC915FA6**.